

humanitas

Vol. LVII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. LVII • MMV



A pequena epopeia do jovem estudante Figueira Durão terá começado por um exercício literário em que o aluno revela o domínio dos modelos clássicos, quer na composição das estruturas narrativas quer na recriação dos ambientes, na caracterização das personagens, na utilização das figuras e dos motivos. No seu resultado, porém, é mais que o simples exercício. Podemos considerá-lo um esboço da epopeia da Companhia de Jesus. O seu herói deixa de ser um herói individual para assumir uma dimensão colectiva, representada simbolicamente em duas figuras: Inácio, a génese e o espírito militante da Companhia, e Xavier, a dimensão missionária da Companhia de Jesus.

Estes são apenas alguns exemplares da poesia épica hagiográfica dos humanistas portugueses dos séc. XVI e XVII. Embora não coubesse a este estudo uma análise detalhada de cada um, nem a enumeração exaustiva de outros de igual ou superior valor, cremos ter pelo menos sensibilizado para o interesse em traduzir e estudar estas e muitas outras composições do género que documentam um importante filão temático da literatura dos séc. XVI e XVII: o 'cruzamento' entre heroísmo e santidade ou de outro modo, entre a figura do herói e do santo. Dominado por um verdadeiro fascínio pelo heroísmo, este período da nossa história ofereceria à literatura a formulação de um novo herói épico cujo 'lugar' de realização pode ser o combate (espiritual), o regresso (a Deus), o sacrifício, a resistência, a ascese, o martírio, ou enfim, a santidade. Por outro lado, ao leitor de hoje, este novo espírito heróico—o mesmo será dizer este novo herói épico—oferece, sem dúvida, uma importante chave de leitura na interpretação que uma época faz de si própria e do seu momento na história.

potens, Pamplona superba,/ Echalar, Olites, & turribus alta Tudella" (*Ignatiados*, I 178-180, p397); "Quinque adeo magnae positis incudibus urbes/ tela novant, Atina potens Tiburque superbum/ Ardea Crustumérique et turrigeræ Antemnae" (*Eneida* VII, 629-631).

CAMÕES E FALCÃO DE RESENDE

Apocrífia, anatomia e dogmática

BARBARA SPAGGIARI

Résumé: Au début du XVII^e siècle, Domingos Fernandes cherche à s'imposer comme libraire-éditeur 'officiel' de Camões. C'est dans ce but que, sans se faire trop de scrupules, il organise, ou plutôt assemble, une nouvelle édition des *Rimas* camoniennes, augmentée d'un certain nombre d'inédits qui, à l'époque, circulaient dans les manuscrits des particuliers (*livros de mão*) sous le nom de Luís de Camões. C'est le cas, notamment, du poème allégorique *Microcosmographia*, ou *Da criação, & composição do Homem*. Depuis sa première parution, en 1615, jusqu'au XIX^e siècle, ce poème, en dépit de son apocryphie, a gardé sa place dans l'œuvre camonienne.

En fait, l'auteur de cet ouvrage, écrit entre 1572 et 1578, est André Falcão de Resende, l'un des amis et admirateurs de Camões. Les vicissitudes, souvent assez complexes, qui ont marqué la transmission de ce poème, permettent de retracer une page méconnue dans l'histoire de la réception, à travers les siècles, de l'œuvre camonienne.

O lugar normalmente reservado a André Falcão de Resende (Évora, 1527 – Lisboa, 1599) nas modernas histórias da literatura portuguesa não ultrapassa as poucas linhas, que habitualmente são consagradas aos 'menores'.

Pertencente à nobre família dos Resende, Falcão aparece como o último, e insignificante, herdeiro de uma tradição ilustre, que conta entre os seus membros o pai dele, Jorge de Resende,¹ poeta do *Cancioneiro*

¹ Autor de trovas e outras composições em medida velha, típicas da produção palaciana « de folgar », Jorge não se destaca do fundo uniforme da poesia cancioneril, antologizada por seu irmão Garcia. Aos seus cuidados deve-

geral;² o tio Garcia de Resende, que daquele *Cancioneiro geral* foi o próprio organizador e editor;³ e, sobretudo, o primo segundo,⁴ Mestre

se, provavelmente, a edição póstuma do *Livro das Obras de Garcia de Resende* (v.infra), que já estava concluído em 1533. Hoje, Jorge está enterrado no pequeno átrio da capela funerária, que o próprio Garcia mandou construir, em 1520, na cerca do Convento do Espinheiro, em Évora (cf. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Fixação do texto e estudo por Aida Fernandes DIAS, 6 vols., Lisboa, INCM, 1990-2003: V, 60).

² Título da colectânea onde Garcia de Resende reuniu grande parte da poesia produzida em Portugal de meados do séc. XV até à data de publicação (em Lisboa, na oficina de Hermão de Campos, impressor de Dom Manuel I, em 1516). Poucos anos antes, saíra a lume o *Cancionero General* de Hernando del Castillo (1511), do qual o de Resende é considerado uma réplica, ou melhor, uma imitação. Apesar disso, trata-se da « primeira e monumental consagração impressa da poesia em Portugal: um monumento manuelino, a par dos Jerónimos e da Torre de Belém », como bem o define Aida Dias. No Prólogo, Garcia de Resende declara a intenção de dar memória às « gentilezas » da corte portuguesa, entre as quais coloca a « arte de trovar ». O texto mais antigo pode remontar a 1440-1447, sendo o mais novo de 1516, ano da impressão. A antologia abrange, portanto, grande parte da actividade literária das cortes de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I.

³ Nascido por volta de 1470, Garcia, desde jovem, viveu sempre na corte, ao serviço da casa real, com cargos variados, mas perto dos monarcas, que lhe testemunhavam confiança e amizade: antes, D.João II, do qual foi moço de câmara; depois, D.Manuel, que ele acompanhou em missões diplomáticas ao estrangeiro. Em 1516, vamos encontrá-lo fidalgo da casa d'El-Rei e escrivão da fazenda do Príncipe D.João, ao qual é dedicada, naquele mesmo ano, a publicação do *Cancioneiro geral*. Faleceu, com cerca de sessenta anos de idade, em 1536. A ele deve-se, também, uma *Vida de D. João II* (Lisboa, 1545), bem como a chamada *Miscelânea*, que foi integrar aquela biografia na segunda edição de 1554. Cf. *Livro das Obras de Garcia de Resende*. Edição crítica, estudo textológico e linguístico por Evelina VERDELHO (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994), incluindo *Vida e feitos d'el Rey Dom João Segundo*, com os três anexos que vêm na primeira edição, mais a *Miscellanea* em verso, acima citada. Na segunda edição de 1554, aparece um soneto em louvor da obra, composto por Falcão, então com dezoito anos de idade, cujo primeiro verso é *Heroicos feitos e saber profundo*; no apógrafo de Coimbra (BGUC ms.1239, sigla MS), o soneto vem na f.47v, precedido pela rubrica « Soneto à coronica delRey dom João o Seg.^{do} que fez Graçia de Resende ».

⁴ O pai de Falcão, Jorge, era primo direito de André.

André de Resende (ou L. André de Resende), humanista de fama internacional.⁵

Fidalgo pobre, Falcão busca, na modesta carreira de magistrado,⁶ os meios para sobreviver, mesmo com dificuldade, à margem da vida cortesã, antes sob o reinado de D.João III (1521-1557), depois ao serviço do Cardeal-Infante D.Henrique⁷ e, finalmente, logo a seguir a catástrofe de Alcácer-Quibir, sob a égide de Filipe II.⁸

⁵ Lúcio André de Resende (Évora, c.1500-1573) foi, de certeza, a maior glória dos Resendes. A ele, Falcão dedica um soneto (*Da nossa antiga casa e genologia*, MS f.46r) e a « Elegia ou Satira ao Doutor Mestre Lucio Andre De Resende. Reprende a cobiça » (ib., f.75r), onde se encontra a explicação do L. que, a partir de certa época, precede o nome do célebre humanista: son. v.2 « Lucio Resende, resplendor perfeito », sat. v.3 « Lucio Resende e luz dos Lusitanos ». À maneira dos antigos, André quis adoptar o *nomen* de Lúcio, com alusão à etimologia latina da palavra (*lux*). A primeira abonação dos passos de Falcão, que garantem a equivalência L. = *Lucius*, deve-se ao Dr. Ramalho, que ainda de recente voltou a tratar o assunto.

⁶ Em 1576, Falcão foi nomeado para o lugar de juiz de fora de Torres Vedras, quando era senhora da vila a infanta D.Maria (veja-se o « Alvará de Mercê, copiado do Livro 4.º da Chancellaria do Sr.Rey D.Sebastiam », com data « Lisboa. a 11. de Dezembro de 1577 », em que lhe foi confirmada a carga de juiz de fora de Torres Vedras). Por volta de 1585, Falcão obteve o cargo de ouvidor da casa de Aveiro; como tal, assistiu à vinda dos Ingleses, em favor do Prior do Crato, em 1589, e participou na batalha dos Açores, em 1591, como ele próprio afirma (cf. *Romanço do Succeso da Armada que foy às Ilhas terçeyras no ano de 1591*, MS f.122v: « el] Auditor tambie iua / que em tam homrosa jornada / su vezes nó lhe empedia / y su hijo Luis Falcon / que es de aquesta companhia / Alferez que otras jornadas / ya muy bien servido avia »).

⁷ Em 1553, encontramos-o capelão do cardeal-infante D.Henrique, cf. *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* (Lisboa, 1748), VI, 632.

⁸ A par de outros muitos letrados da época, Falcão não se revoltou contra a 'ocupação' castelhana, quando, em 1580, Filipe II tomou posse do trono português; bem pelo contrário, até dedicou ao novo monarca um romance em ocasião da sua entrada na cidade de Lisboa (cf. MS f.120r ss.). Nesta pronta submissão, além do desejo de melhoria de estado, teve talvez influência a estreita relação que Falcão entretinha com D.Martinho Soares; sobre este assunto, v. Américo da Costa RAMALHO, « O poeta quinhentista » [1958], in *Estudos sobre a Época do Renascimento* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997?), 235:

Até à própria velhice, Falcão vê-se, portanto, obrigado a trilhar o solo de país estrangeiros, e os campos de batalha, apesar de não se condizer a sua índole de letrado, branda e tranquila, com a realidade brutal da guerra.

Durante a sua longa vida, que abrange grande parte do século XVI, este amigo e admirador de Luís de Camões foi, aliás, testemunha ocular de acontecimentos políticos e históricos, de que nos deixou umas crónicas em verso, e uma carta em prosa: documentos, estes, que se revelam preciosos, pela vivência pessoal dos eventos que o autor foi relatar em seus escritos.⁹ Como poeta, Falcão participou das novas correntes italianizantes, na esteira de Sá de Miranda, alinhando-se, contudo, mais à

« Ligado à nobreza por laços de família, de amizade e dependência económica, o juiz de fora de Torres Vedras seguiu o caminho do alcaide da vila e seu amigo, o nobre D.Martinho Soares, tão convicto partidário de Castela, que, mais tarde, em 1589, quando o Prior do Crato, recém-desembarcado em Portugal, procurou a adesão de Torres Vedras, viu contra si a vila, por vontade do alcaide ». Por volta de 1587, Falcão tomou o caminho de Madrid, já com sessenta anos de idade, com o intento de pedir a Filipe II uma mercê ou, mais provavelmente, uma renda (cf. *Satyra decima, que a hũu amigo mandou, estando na corte de Madrid*, MS f.108v). Após a sua viagem, que não produziu os efeitos esperados, Falcão exprime várias vezes, em termos desdenhosos, a sua condana severa contra o degrado moral da capital espanhola; além da sátira referida, vejam-se mais quatro sonetos, três que surgem no MS apógrafo em grupo compacto (ff.58v-59r), e outro que o Sr. Freitas recolheu no chamado Ms. de Lisboa, hoje perdido; cf. BGUC ms.1238, cópia de Freitas, f.8v, inc. *Que se haze en Madrid? Gastar dinero*, com a nota « Este Soneto a Madrid vem no MS. de Lisboa attribuido a André Falcão »; o texto está reproduzido nas Provas (cf. infra), p.159. Apenas em 1595, pouco antes dele morrer, Falcão obteve finalmente a sua aposentação, com 68 anos de idade, como nos informa o respectivo Alvará da chancelaria de Filipe II, que se conserva na Torre do Tombo.

⁹ Trata-se, nomeadamente, da referida *Carta que o Autor escreveu a hum seu Amigo em que se conta a Vinda dos Ingresses á Lix.^a com dom Antonio Prior do Crato no Ano de mil e quinhētos e oytenta e nove annos* (MS f.168v-178v) e do romance das Ilhas Terceiras, ano de 1591 (MS f.121v-125v). Outros acontecimentos históricos de renome, dos quais, porém, Falcão não participou pessoalmente, constituem o assunto dos romances sobre a batalha de Lepanto (ano de 1571; cf. MS f.126r ss.), e sobre a vitória de Carlos V contra Solimão o Magnífico, no cerco de Viena (ano de 1529; cf. MS f.130r ss.).

poética de António Ferreira e à temática do horacianismo, numa posição marginal em relação ao petrarquismo então dominante.¹⁰

Surgem, na obra dele, muitas composições em verso dedicadas a personagens ilustres da época,¹¹ bem como pequenos ciclos de correspondência poética, nomeadamente sonetos, que se conformam ao hábito, já medieval, de trocar versos entre poetas e letrados amigos.¹² Ora, nesta correspondência poética, precisamente, encontram-se os nomes de Sá de Miranda¹³ e Luís de Camões, o primeiro enquanto mestre reconhecido da nova escola 'italiana', o segundo como coetâneo e amigo, a quem Falcão oferece prontamente a expressão da sua estima, e aqueles elogios, que outros contemporâneos iam negando-lhe.¹⁴

¹⁰ Os aspectos literários da obra de Falcão, e a posição que lhe cabe no âmbito dos quinhentistas portugueses e europeus, são o objecto doutro artigo, «Uma alquimia poética diversa. Apontamentos à margem da edição crítica de André Falcão de Resende», *Estudos Italianos em Portugal*, n.s., 0 (2005) 41-61.

¹¹ Por exemplo, D. João d'Austria, El-Rei Filipe II de Espanha, a Infanta Isabel Clara Eugenia, D.Manuel de Portugal, a Rainha Isabel d'Inglaterra, Piero de' Medici.

¹² Entre os correspondentes, destacam-se os nomes de André da Fonseca, António e Diogo d'Abreu, Filipe d'Aguilar, Heitor da Silveira, Luís Álvares Pereira e, sobretudo, Pero d'Andrade Caminha, com quatro composições a ele enviadas e uma resposta (cf. MS ff.53v-54v, incluindo dois sonetos, um epigrama e uma oitava, mais um soneto responsório). Entre os dedicatários, sobressaem Diogo Bernardes (Sátira III) e Jerónimo Corte-Real (Sátira IV, mais dois sonetos, respectivamente dedicados « ao livro que fez... do segundo cerco de Diu », e « ao livro que fez o mesmo da victoria de Dom João D'Austria », MS f.46v).

¹³ Cf. MS f.44r «Soneto a hũa Dama que lia por o livro de Francisco de Sãa de Miranda», e f.45v «Soneto a Francisco de Sãa de Miranda mandandolhe hũs versos».

¹⁴ Posteriormente a 1572, foi escrita a *Satyra Segunda a Luis de Camoes*, onde « Reprende aos que desprezandos os doutos / gastão o seu cõ trhuães » (MS f.80r ss.), nesta composição, resulta evidente não apenas o conhecimento de *Os Lusíadas*, mas também das circunstâncias difíceis em que vivia Camões. Os louvores de Camões ocorrem ainda na única écloga que de Falcão possuímos (vv.272-277 e 281-283), onde se encontram alusões ao poeta épico (v., por exemplo, « O Lusitano Liso...»: *Liso* é anagrama de *Luis*). Ambas as composições são tardias, e pelo menos contemporâneas, senão posteriores, à publicação de *Os Lusíadas*. Acreditamos, como o Dr.Ramalho, que « a via do conhecimento pessoal entre Camões e Resende » foi Heitor da Silveira, companheiro e amigo de

Bem inserido, como acabamos de ver, na rica pléiade dos letrados quinhentistas, com que mantém contactos regulares, Falcão partilha com a maioria deles o destino de não ver publicada em vida a sua obra. Como bem se sabe, as rimas dos poetas quinhentistas portugueses ficaram inéditas durante anos, até quando, por volta do último quinquênio do século, começaram a editar-se, talvez sob o impulso das *Rhythmas camonianas*, os versos de Sá de Miranda, António Ferreira, e Diogo Bernardes (1595 a 1598).¹⁵

A segunda edição, aumentada, das *Rimas* de Camões saiu em 1598, um ano antes da morte de Falcão, que ia sucumbir à grande peste que aterrou Lisboa. É, porém, verosímil, que ele também programasse, naquela altura, a recolha sistemática da sua obra com vista à publicação.

De certo, o único manuscrito que dele possuímos, o apógrafo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Res. ms.1239, sigla MS), apresenta todas as características de um códice expressamente preparado para os prelos. Só que, por causas desconhecidas, o projecto acabou por se não realizar. O manuscrito sumiu-se, durante séculos, até reaparecer, inesperadamente, numa farmácia do Minho, a final do século XVIII. Posto a salvo de forma aventureira, graças à intervenção do Sr. Tomé Luis Felgueiras,¹⁶ o manuscrito, já então mútilo das primeiras e das últimas

Camões em Índia. Ele figura – como já vimos – entre os correspondentes poéticos de Falcão, mas sobretudo (o que, singularmente, o Dr. Ramalho não põe em relevo) era cunhado de Falcão, como resulta da própria dedicatória da *Satyra Nona a Heitor da Sylveira / seu cunhado estando na India* (MS f.103v). Sobre a discutida questão de Camões «bacharel latino», veja-se Américo da Costa RAMALHO, «A tradição clássica em *Os Lusíadas*» [1972], in ID., *Estudos Camonianos* (Lisboa, INIC, 1980²) e, do mesmo autor, *O essencial sobre André Falcão de Resende* (Lisboa, INMC, 1988), 16-17 e nota 4.

¹⁵ Cf. Francisco de Sá de MIRANDA [† 1558]: *As obras do celebrado lusitano, o doutor Francisco de Sá de Miranda*. Collegidas por Manoel de Lyra. Lisboa. Manoel de Lyra. 1595. Diogo BERNARDES [† 1596]: *Rimas varias Flores do Lima*. Composta por Diogo Bernardes. Em Lisboa. Impresso por Manoel de Lyra. Anno 1597. *A custa de Estevão Lopez mercador de livros*. António FERREIRA [† 1569]: *Poemas lusitanos* Do Doutor Antonio Ferreira. Em Lisboa. Por Pedro Crasbeeck. A custa de Estevão Lopez livreiro. 1598.

¹⁶ O nome do verdadeiro descobridor do códice ficou longamente desconhecido, sendo o feliz achado atribuído ao Sr. Freitas, que nunca o desmentiu. As cartas, que Felgueiro enviou a Joaquim Inácio de Freitas, solicitando a edição do manuscrito, bem como o reconhecimento do papel por si desenvolvido,

folhas, que tinham servido a embrulhar remédios, foi entregue a Joaquim Inácio de Freitas, revisor da oficina tipográfica da Universidade de Coimbra,¹⁷ para ele cuidar da sua publicação.

Uma longa série de acontecimentos, entre os quais a morte sucessiva de todos aqueles que se empenharam na empresa, fez com que, afinal, saísse uma edição incompleta, mesmo que demoradíssima, da obra de Falcão, pelos prelos daquela universidade.

Trata-se apenas das provas, encadernadas sem a menor referência ao lugar e à data de publicação, faltando o frontispício e qualquer notícia sobre o(s) organizador(es) da estampa. O texto da obra de Falcão, que aí se apresenta, resulta incompleto em relação com o manuscrito apógrafo do qual foi tirado, através uma cópia do próprio Sr. Freitas, datada de 1801, que ainda se conserva na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Res. ms.1238). Foram, de facto, suprimidos, por ordem da censura,¹⁸ todos os poemas em língua castelhana, nomeadamente os romances históricos, bem como a carta em prosa sobre Don António, Prior do Crato, e a vinda dos Ingleses a Lisboa.

Esta edição incompleta (em todos os sentidos), que saiu da Imprensa universitária coimbrã por meados do século XIX, foi à base do breve momento de notoriedade, de que gozou Falcão, graças às páginas que a ele consagraram, entre outros, Teófilo Braga, Wilhelm Storck e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, nos finais do mesmo século.¹⁹

conservam-se nos arquivos da Universidade de Coimbra (ms. 1488, peça 11 e 12 : Cartas ao «Ill.^{mo} Sr. Joaquim Ignacio de Freitas» por Thome Luis Felgueiras, datadas de Guimarães, respectivamente, a 15 e 18 de Outubro de 1824). Delas foi dada notícia, primeiro, pelo Dr. Ramalho.

¹⁷ Ele exerceu este cargo de 1814 até à morte, ocorrida em Fevereiro de 1831, cf. INOCÊNCIO, *Diccionario Bibliografico Portuguez* (Lisboa 1860), IV, 85.

¹⁸ No ms. do Sr. Freitas (BGUC 1238), f.12, margem superior, lê-se a licença (*imprimatur*), com data de 1829: «Pode imprimir-se excepto as notas / e o q. se acha escripto em Hespanhol / Coimbra 20 de M.^o de 1829». Seguem-se duas assinaturas de difícil leitura, talvez «Moraes» e «Vidal Viegas».

¹⁹ Cf. Theophilo BRAGA, *Manual da História da Literatura Portuguesa* (Porto, Livraria Universal, 1875), 284-285; ID., *Bibliografia Camoniana* (Lisboa, Imprensa de Christóvão Rodrigues, 1880); ID., *Curso de História da Literatura Portuguesa* (Lisboa, 1885), 238-239; Wilhelm STORCK, *Vida e Obra de Luís de Camões*. (Lisboa, 1897), 220-221; Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, «Litteraturgeschichte der

É preciso, depois, esperar vários decénios, antes de encontrarmos um renovado interesse em relação a André Falcão de Resende, numa rica série de artigos que Américo da Costa Ramalho lhe dedicou, tratando neles, principalmente, duas facetas do autor: a de tradutor dos poemas horacianos, por um lado, e, por outro lado, a de testemunha ocular dos eventos históricos contemporâneos.²⁰

Hoje em dia, na véspera da publicação da obra completa de Falcão de Resende, tão longamente esperada,²¹ tenho prazer em anunciar alguma das novas aquisições, que fui procurando ao longo da pesquisa. Ao prazer, junta-se a honra de ser este ensaio acolhido nas páginas da *Humanitas*, que é a sede historicamente privilegiada para tratar este assunto.

O primeiro ponto, que cabia esclarecer, é o da datação do apógrafo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o referido ms.1239, atribuído de forma aproximativa aos fins do século XVI, ou ao começo do século XVII.²² A possibilidade de datarmos o apógrafo, com suficiente

romanischen Völker. B. Die litteraturen der romanischen Völker. 4. Geschichte der portugiesischen Litteratur», in Gustav Gröber (ed.), *Grundriss der romanischen Philologie* (Strassburg, 1897), II. 2., 304.

²⁰ A lista exaustiva dos trabalhos publicados pelo Dr. Ramalho encontra-se no site internet do IEC (Instituto de Estudos Clássicos) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

²¹ Pela Editora Colibri, de Lisboa, no âmbito do projecto «Obras Clássicas da Literatura Portuguesa», chefiado pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

²² Só Teófilo Braga, entre os críticos oitocentistas, afirmou ser o manuscrito autógrafo. Mas ele nunca o viu pessoalmente. Para desmentir esta hipótese, bastaria a nota que se encontra na f.118r do apógrafo, logo depois o final da *Epístola a Dom Francisco de Meneses*, correspondente à Sátira (ou Epístola) Trezena: «Esta Espitola tenho duvida ser do Autor / mas acheya entre os seus papeis esta - esta espitola / de çima» (sic), cf. Américo da Costa RAMALHO, «A edição de Coimbra e os manuscritos» [1951], in ID., *Estudos sobre a Época do Renascimento* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 205-215: 210. Acrescente-se, agora, outra nota que aparece na f.153r: «Esta oda acima esta traduzida por Espinel», referida à Oda 25 Horati. 2 Lib. 3 ad Amicum / *Augustam amiçe pauperiē pati*. E, além do mais, a rubrica que encabeça a única Elegia «feita pello Autor sobre o mal da Peste que avia na çidade de Lixboa onde elle estava no ano de 1599 da qual peste elle morreo e foy a derradeira obra que compoz» (MS f.118r).

precisão, deriva da existência de dois termos inequívocos. O *post quem* é, obviamente, representado pela morte de Falcão de Resende, em 1599;²³ pode-se identificar, agora, o *ante quem* com a data em que foi concedida a licença para imprimir o poema *Da criação, & da composição do homem*, sob o nome de Luís de Camões (v. infra), a saber o ano de 1608.

A licença surge na *Segunda Parte* das *Rimas* de Camões, editadas por Domingos Fernandes, em 1616, pelos prelos de Pedro Craesbeeck;²⁴ no verso da folha de rosto, com efeito, vêm as licenças e a taxa; a terceira das licenças concerne ao poema alegórico:

Vi esta obra de Luis de Camões da Criação, & composição do homem, não tem cousa algũa contra nossa sancta Fee, & bons costumes, antes muita invenção, & erudição que o Author mostrou, tratando a composição do homem, onde he digna de se imprimir, aos 4 de Setembro de 1608 // Frey Manoel Coelho. [nosso o grifo].

Entre 1599 e 1608, o anónimo compilador do apógrafo coimbrão recolheu, ordenou e copiou os versos, e a única carta em prosa de Falcão, com o intento – como vimos – de os publicar. Claro que, se ele fosse ainda vivo em 1608, no momento em que foi concedida a licença, ou, no pior, em 1615, data da *editio princeps*, não teria sido possível a (falsa) atribuição daquele poema alegórico a Luís de Camões. Quando Domingos Fernandes leva ao público, cientemente, o apócrifo como sendo *Obra do grande Luís de Camões*, ele deve saber, por certo, primeiro, que o verdadeiro autor, Falcão de Resende, já morreu há anos; segundo, que o projecto de publicar a obra dele acabou por se não realizar, verosimilmente por ter falecido também o organizador e compilador do apógrafo coimbrão.

²³ A data exacta do falecimento do poeta deduz-se da rubrica da Elegia, acima referida.

²⁴ Título no frontispício: RIMAS / DE LVIS DE CAMÕES / SEGUNDA PARTE. / Agora novamente impressas com duas Comedias do Autor. Com dous Epitafios feitos a sua Sepultura, que mandarão fazer / Dom Gonçalo Coutinho, & Martim Gon-çalvez da Camara. / E hum Prologo em que conta a vida do Author. / Dedicado ao Illustrissimo, & Reverendissimo senhor D. Rodrigo d'Acunha / Bispo de Portalegre, & do Conselho de sua Magestade. [Segue-se o brasão do Bispo]. Com todas as licenças necessarias. / EM LISBOA, Na Officina de Pedro Crasbeeck. 1616. / A custa de Domingos Fernandez mercador de livros. / Està taixado a tostão em papel. Com Privilegio Real. (exemplar de referência: BNL CAM 32 P).

Outro elemento cronológico, não menos importante, que conseguimos acertar, concerne à data exacta em que, da Imprensa da Universidade de Coimbra, saíram os poucos exemplares das Provas incompletas, que foram postos à venda. No *Inventário dos Armazens da Imprensa*, que fomos consultar nos arquivos da Universidade, encontra-se o registo seguinte:

«Resende (A.Falcão) – Poesias – (por acabar) 30 de Junho de 1861»

Um ano mais tarde, a 30 de Junho de 1862, o nome de Falcão desaparece, e as Provas já não são disponíveis. Com isso, resolve-se, de forma definitiva, um problema já secular, pois a data desta edição incompleta, ou gorada, como bem a define o Dr. Ramalho, foi sujeita a ilações e erros de todo o tipo. Nas histórias literárias, do século XIX até hoje, a data oscila entre 1859 (Fidelino de Figueiredo) e 1881 (Jorge de Sena), aumentando a imprecisão com o passar do tempo, e com a perda da preciosa erudição dos antigos positivistas.

As demais aquisições concernem, todas, à estrita ligação duma parte da obra de Falcão com o destino editorial das *Rimas* camonianas. O episódio, por si, é conhecido, bem como habitualmente despedido numa breve nota de rodapé. Trata-se da sorte do poema alegórico, acima citado, que Falcão compôs em três cantos de oitavas camonianas, dedicando-o «ao Duque de Aveiro que morreu em África».

Poucos são, entre os críticos que se ocuparam de Falcão, os que chamaram a atenção para esta dedicatória; ainda menos, os que chegaram a identificar correctamente o destinatário. Nenhum deles, porém, tirou as consequências desta identificação a fim de datar o poema.

D. Jorge de Lencastre herdou do título de Duque de Aveiro, 2.º do nome, à morte de seu pai, em 1571. Caíu, como outros muitos fidalgos, na derrota de Alcácer-Quibir, em 1578. Por conseguinte, a dedicatória permite datar o poema entre 1571 e 1578. Mas, se formos considerar o emprego da oitava camoniana (a dos *Lusiadas*), e a escolha do poema como género literário, fácil é hipotizar que esta obra de Falcão foi, senão inteiramente composta, pelo menos acabada e aperfeiçoada depois de 1572, ano da publicação de *Os Lusíadas*, dos quais imita a forma métrica, aliás desconhecida em Portugal. A data mais provável é, portanto, entre 1572 e 1578.

O apógrafo coimbrão, que nos transmite a dedicatória, oferece mais um elemento de extremo interesse, que diz respeito ao título do poema.

No manuscrito, com efeito, o título aparece, em letras capitais, da forma seguinte:

MICROCOSMOG[RA]/PHIA · E DESCRIPCÃ[O DO]
MVNDO PEQVEN[O QVE]
HE HÓ HOMEN · F[JEITA]
PELO LECENCEAD[O]
ANDRE FALCÃO D[E RE]/SENDE

É, precisamente, com este título que o poema vem citado a partir da segunda metade do século XIX, nas páginas dos críticos literários e dos filólogos. Mas, durante séculos, o texto circulou sob um título bem diferente, a que acima nos referimos: *Da criação, & da composição do homem*.

Entre os apócrifos atribuídos a Camões, o poema alegórico *Da criação...* constitui, na verdade, um caso muito particular, que nos permite reconstituir uma página importante da história editorial do Camões lírico. Com efeito, à diferença das inúmeras composições em verso que, de uma edição para outra, foram integrar o *corpus* das rimas camonianas, este poema de 207 oitavas, por um total de 1.656 decassílabos heróicos, foi objecto de uma publicação autónoma, em que a apocrifia do poema é declarada, desde logo, pelo próprio editor, Domingos Fernandes:

DEDICADO AO ILLUSTRIS. / E REVERENDIS. SENHOR D. RODRIGO
d'Acunha, Bispo de Portalegre, & do Conselho / de sua Magestade. / D.F.D.F.²⁵

Mostraram sempre os grandes Principes tam bom rostro a qualquer agradecimento, que derão ousadia aos animos mais humildes, a parecerem

²⁵ É oportuno notarmos como esta dedicatória das *Rimas* de 1616 reproduz, em boa parte, a que já aparecia na edição dos *Lusiadas*, feita pelo próprio Domingos Fernandes em 1609 (BNL CAM 20 P). Nesta, agora, vêm corrigidos os muitos erros de impressão que aí estavam, além de ser o conteúdo actualizado à nova empresa editorial. Note-se, também, a precisão com que Domingos Fernandes modifica o tratamento de D. Rodrigo da Cunha, segundo os graus da sua carreira eclesiástica. Em 1609, de facto, Cunha era « Deputado do Sancto Officio »; em 1616, o editor lembra ao então Bispo de Portalegre, « o Catholico zelo que em o divino tribunal do Sancto officio em que V.S. foy Inquisidor se tem visto ». O tratamento muda de «V.M. » (1609) para «V.S. » (1616).

em sua presença com algũs offercimentos, que fora desta sombra, serão avidos por menos que nada. Ensinado eu desta experiencia, tão certa, & tão digna de seus Auctores: & lembrado das grandes merces, & favores tão pios, com que V.S. foy servido appadrinhar a restauração da minha honra, & vida, que eu tinha tão perdida, & acabada, que para desesperar de todo remedio dellas, me via algũas vezes em o ultimo termo: pareceome se hirião em mim accumulando as culpas de ingratião, com igual passo aos que desse de vida, sem, polo menos, publicar pelo mundo esta obrigação, & reconhecimento: ja que para o servir como criado, podia tão pouco. E como este pensamento procedia de tão nobre causa, não se descuydou minha ventura em me offerer esta occasião de andar juntando estas rimas, & V.S. me fez merce de aver a maior parte certificado serem do Author, outras me derão varias pessoas, & na mão de muitos senhores illustres achei tres Cantos da Creação do homem em oitava rima que vão no fim deste livro, & tendo os impressos] V.S. me affirmou não serem seus: mas como os tinha impressos por ser obra muyto boa, & com o nome do Author a deixei hir estando esta obra começada em que me fez merce de dar ajuda de custa pera fazer esta impressão de mil & quinhentos estando V.S. mais descuidado pos os olhos a Sacra Cesarea, & Catholica sempre Augusta, & Real Magestade del Rey Felipe nosso Senhor o segundo deste nome dos Reys do Portugal, maior no poder que seus predecessores, mais poderoso no Imperio que todos os outros Monarchas de que sabemos, fez hũa eleição tam benemerita de Bispo de Portalegre, a qual foy muito bem recebido [sic] em todo este Reyno, tão proxima, & tão conforme com este meu intento: nesta impressão dos do [sic: om. versos] nosso grande Luis de Camoës, Principe da Poesia Heroyca: com muita erudição, & variedade de cousas curiosissimas. (...)

Como é sabido, nas vicissitudes seculares da tradição impressa das *Rimas* de Luís de Camões, a Domingos Fernandes cabe o mérito, ou o demérito, de ter dado início à entrada dos apócrifos na lírica camonianiana, de maneira quer sistemática, quer programática. Com claro intento comercial e atitude de publicitário, Domingos Fernandes aproveita o êxito das duas primeiras edições de 1595 e 1598 (RH e RI, respectivamente), para propor, já em 1607, mais duas edições, dedicadas à ínclita Universidade de Coimbra, melhor conhecidas por *Quinas*²⁶ e *Esfera Armi-*

²⁶ RIMAS / DE LUIS DE / CAMÕES. / ACRESMENTADAS NESTA / Terceyra impressão. / *Dirigidas a la ínclita Universidade / de Coimbra.* [Segue-se o brasão de armas de Portugal, com as quinas, inscrito em friso formando rectângulo].

lar,²⁷ em que apenas se reproduz o texto de RI, apesar das palavras que se podem ler na folha de rosto («Acresmentadas nesta...edição»).

Em 1614, na oficina de Vicente Álvares, em Lisboa, Domingos Fernandes publica mais um volume que, no título, declara conter a *Primeira Parte* das *Rimas* camonianas (aludindo à *Segunda Parte* que vem anunciada), onde são reproduzidos os poemas das duas edições quinhentistas, aí também sem acréscimo algum.²⁸

No ano seguinte, 1615, após a reedição de *Anfitriões* e *Filodemo* (comédias já publicadas, pela primeira vez, em 1587), sai, finalmente, à custa de Domingos Fernandes, em Lisboa, por Pedro Craesbeeck, o poema alegórico assim intitulado:

OBRA DO GRANDE LUIS DE CAMOES, PRINCIPE DA POESIA HEROYCA.

Da criação, & composição do Homem. ²⁹

Impressas com licença da Sancta Inquisição. / Em LISBOA. / Por Pedro Crasbeeck. Anno 1607. / A custa de Domingos Fernandez mercador de libros. / *Com Privilegio* (exemplar: BNL CAM 16P).

²⁷ RIMAS / DE LUIS DE / CAMÕES. / ACRESMENTADAS NESTA / Terceyra Impressão. / *Dirigidas à ínclita Universidade / de Coimbra.* [Segue-se a esfera armilar]. *Impressas com licença da Sancta Inquisição.* / EM LISBOA. / Por Pedro Crasbeeck. Anno 1607. / A custa de Domingos Fernandez mercador de libros. / *Com Privilegio* (exemplar: BNL CAM 15P).

²⁸ RIMAS / DE LUIS DE CAMÕES. / PRIMEIRA PARTE. / *Acresmentadas nesta quinta impressão.* / *dirigidas a D. Gonçalo Coutinho.* / [segue o brasão dos Coutinhos, com as letras «MIHI TAXUS»] / EM LISBOA. *Com todas as licenças necessarias.* Por Vicente Alvarez. Anno 1614. / *A custa de Domingos Fernandez mercador de livros.* / *Com Privilegio Real.* / Tayxadas a 160. reis em papel. » (exemplar BNL CAM 18 P).

²⁹ O exemplar de referência, BNL CAM 30 P, é um volume in-4.º, composto por 35 fólhos r/v, mais o fólho de rosto; dimensão: 13 x 18,5. A encadernação é moderna (com margens cortadas), e traz na costa «Creação e composição do homem // Camões // Lisboa /1615». No verso da capa, a pena, lê-se «T.Norton / Encadernação... 200.-». O cachimbo «T.Norton», sob a data de impressão, confirma que o volume pertenceu ao acervo de Thomas Norton. Na página de rosto, lê-se o título do volume da forma seguinte: OBRA / DO GRANDE LUIS / DE CAMOES, PRIN- / CIPE DA POESIA / HEROYCA. / *Da criação, e composição do Ho-mem.* || *Com as Licenças necessarias.* || Em Lisboa, por Pedro Crasbeeck. || ANNO 1615.

A propósito desta primeira edição de 1615, é preciso, entretanto, ressaltar como o volume sai a público despidido de elementos fundamentais do paratexto, sendo até desprovido das licenças de impressão (apesar delas existirem, como vimos, desde 1608). Falta, igualmente, qualquer dedicatória, ou prólogo ao leitor. O nome do destinatário fica implícito, sendo apenas sugerido pelo brasão dos Cunha, que vem xilogravado no rosto. O frontispício, cujo verso fica em branco, precede simplesmente a Pag.1, em que começa o texto. Não há taboada, nem colofão: a palavra FIM, logo depois da última estância, conclui o volume.

Desta forma, o poema anatómico em versos de André Falcão de Resende penetra sub-repticiamente no universo da lírica camonianiana, vindo a lume entre a reimpressão da *Primeira Parte das Rimas* (1614) e a saída da *Segunda Parte das Rimas* (1616). Depois de ser tão longamente anunciada, esta *Segunda Parte das Rimas*, da qual também é editor Domingos Fernandes,³⁰ apresenta efectivos acréscimos de novas poesias. Ora bem, quer o poema alegórico quer as duas comédias, separadamente publicadas pelo mesmo editor em 1615, não fazem, em princípio, parte integrante deste volume.³¹

Existem, de facto, exemplares das *Rimas. Segunda Parte* de 1616 que não incluem o poema *Da criação*, bem como existem exemplares do

³⁰ Cf. « PROLOGO AO LEITOR. / Charissimo Leitor na Primeira Parte das rimas de Luis de Camões prometi sahir a luz com esta Segunda Parte que offereço, em que gastei sette annos em ajuntar estas Rimas por estarem espalhadas em mãos de diversas pessoas, & ainda agora prometo pera a segunda impressã, porque da India me tem escrito que me mandaraõ muitas curiosidades, & neste Reyno ei de aver outras mais, & desta maneira se ajuntou a Primeira Parte, fazendo vir da India, & pedindo neste Reyno a senhores illustres, & outras varias pessoas curiosas: tenho comprido minha palavra mas fico empenhado, he necessario que os curiosos da lição Poetica, & estudiosos corte-soes, & senhores illustres comprem este livro, a quem peço por merce, & se neste livro se acharem algũas cousas que não sejaõ de Camões não me ponham culpa, que com boa fê as dei a impressã com muita diligencia, & gastando o meu dinheiro pera satisfazer, porque minha tenção não he outra cousa, que desejar de acertar, & tirando os olhos de mim ponhãno[s] no que offereço (...) » (*Rimas*, 1616).

³¹ Como bem releva Jorge de SENA, *Os sonetos de Camões e o soneto Quinhentista peninsular* (Lisboa, Ed. 70, 1980), 39-40: « estas obras não figuram, ao contrário do que às vezes tem sido dito, na Segunda Parte de 1616: em alguns volumes, aqueles folhetos com frontispício próprio estão encadernados juntos com ela ».

poema anatómico, em volume separado, que todos trazem a data de 1615.³² Mas, em ambos casos, são raros.

Normalmente, a *Segunda Parte das Rimas* (1616) e o poema *Da criação* (1615), encontram-se reunidos num volume único, com frontispício de 1616. A contiguidade das duas obras, encadernadas no mesmo volume, facilitou um erro corrente na crítica oitocentista, e até posterior, que indica, indiferentemente, quer o ano de 1615, quer o de 1616, como data da *princeps* do poema.

É verdade que, muitas vezes, se confundiram as diferentes etapas das edições de Domingos Fernandes,³³ que, como vimos, respondiam, em princípio, a um preciso desenho comercial, mais do que cultural. Apesar dos seus anúncios de inéditos camonianos, Domingos Fernandes de facto produziu, até 1616, apenas reimpressões do que já estava editado. Em 1615, apresentou enfim, como camonianiano, o inédito poema anatómico de André Falcão de Resende, evidentemente por ter, entretanto, falecido o filho, ou amigo, do autor, responsável pela compilação do manuscrito apógrafo de Coimbra.³⁴

Após a consulta directa de vários exemplares desta primeira edição, que hoje se conservam em Portugal, na França e no Brasil, chegámos à conclusão de que foram, na realidade, duas as impressões da *editio princeps* de 1615. Na segunda impressão, a que faltou uma cuidadosa revisão final, a maioria dos (muitíssimos) erros, que detectámos na primeira impressão, ficam inalterados. Dois apenas são, de facto, corrigidos: o erro na rubrica I.16 *Causado somno* (antes: *jomno*) e o erro de numeração na p.5, onde o n.º 25 não vem repetido (antes: 23-24-25 no recto, 25-26-27 no verso).

³² São três apenas os exemplares 'independentes' que fomos encontrar, nomeadamente, em Lisboa (BNL CAM 30 P), em Coimbra (BGUC V-T.-17-7-2), e em Paris (GULB CAM 623).

³³ É realmente complicada, e ainda por fazer, uma reconstrução completa da atividade editorial de Domingos Fernandes, por causa dos muitos exemplares existentes, que apresentam discrepâncias substanciais no paratexto.

³⁴ A partir daí, o poema *Da Criação...* atribuído a Camões foi variamente reimpresso, junto com outras rimas camonianas, mesmo quando, em época moderna, estava de novo manifesta a sua apocrifia. Para cumprir ao título de *Obras completas de Luís de Camões*, alguns dos editores modernos decidem, de facto, incluir o que, a Camões, de certeza não pertence, antes de ser acusados de diminuir o pletórico corpus da lírica camonianiana.

Quanto à *Segunda parte* das *Rimas* de Luís de Camões, publicada em 1616, com base nos princípios da bibliografia textual,³⁵ podemos distinguir facilmente duas emissões distintas da edição de 1616, que apresentaram modificações evidentes do paratexto.³⁶

A partir desta data de 1616, então, o poema *Da criação...* nunca mais terá uma circulação e difusão autónomas, figurando sempre em volume compósito, ora juntado com as *Rimas. Segunda Parte*, ora, mais raro, com os *Lusiadas*.

O facto que precisa, antes de mais, salientar é que, em qualquer caso, e independentemente da real composição do volume de 1616, na *Taboada* o título do poema aparece sempre no final, bem como o das duas comédias acima citadas:

COMEÇA A TABOADA / das Rimas Segunda Parte.

TABOADA DOS SONETOS,

Arvore cujo Pomo belo & brando

Amor que da vida o no desata

(...)

³⁵ Empregam-se, aqui, os termos técnicos definidos pela 'Bibliography' anglo-saxónica, a saber: *edição* = o conjunto de todos os exemplares de uma obra, impressos na mesma roupagem tipográfica; *impressão* = todos os exemplares de uma edição pertencentes à mesma tiragem; *emissão* = subconjunto que inclui todos os exemplares de uma edição, ou impressão, que, mais tarde, são postos à venda com roupagem renovada com respeito a uma precedente difusão (as mudanças, que caracterizam um subconjunto, são, nomeadamente, o frontispício, o colofão, a dedicatória, o prólogo, as taboadas, isto é, elementos próprios do chamado paratexto). Cf. Barbara SPAGGIARI - Maurizio PERUGI, *Fundamentos de crítica textual* (Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004).

³⁶ Seis são as divergências, que se podem destacar nos elementos do paratexto, entre o exemplar de referência, BNL CAM 32 P (sigla R^a) e os demais, BNL CAM 34 P = CAM 1228 P (sigla R^b), a saber:

1. em R^a, as licenças vêm no verso da folha de rosto; em R^b, o verso do rosto é em branco, sendo as licenças na folha seguinte (f.[1r] inum.). 2. em R^a, a dedicatória vem na f.[2r] inum.; em R^b, a dedicatória está no verso das licenças (f.[1v] inum.). 3. em R^a, o preço vem no fim das licenças; em R^b, vem no fim da dedicatória (f.[2r] inum.). 4. em R^b, o prólogo ao leitor é mais breve (chega até «offereço»), ocupando apenas uma folha (f.[2v] inum.). 5. em R^b, as duas orações que seguem divergem no texto em relação a R^a. 6. em R^a, no fim do prólogo, vem o epítáfio em latim *Naso elegis...*; em R^b, o epítáfio falta.

Seguia aquelle fogo que o guiava
Tal mostra dá de si vossa figura
Vosoutros que buscais repouso certo.

ELEGIA.

A Paixam.

Ao Doutor mestre Belchior.

ODE.

Naquelle tempo brando.

Ja a calma nos deixou.

CANÇAM.

Nem roxa frol de Abril

Mandame amor que cante o que a alma sente.

SEXTINA.

Fogeme pouco, & pouco a curta vida.

Petição ao Regedor.

REDONDILHAS.

Na fonte està Lianor.

Que diabo ha tão danado.

(...)

Não posso chegar ao cabo.

CANTIGAS.

Vi chorar hūs claros olhos.

MOTES.

Do la mi ventura.

VILANCETE PASTORIL.

Deos te salve Vasco amigo.

Porque no miras Giraldo.

...

Epistola de Luis de Camoës.

Cinco gallinhas & meya.

COMEDIAS.

Emfatioes.

Filodemo.

Tres Cantos da Creação do homem.

FIM.

O quadro, que acabamos de traçar, pode admitir uma só explicação, que é a seguinte. Considerado o êxito das duas primeiras edições das *Rimas camonianas* (RH 1595, RI 1598), Domingos Fernandes elaborou um

projecto editorial muito ambicioso,³⁶ no intento de substituir-se a Estêvão Lopes como livreiro-editor 'oficial', ou 'titular', das obras camonianas em seu conjunto. É o que se deduz claramente das dedicatórias e dos prólogos aos leitores, que acompanham as várias edições organizadas pelo próprio Domingos Fernandes.

Na época, sempre que se tratasse de editar uma obra, dois eram as personagens implicadas na tarefa: o livreiro-editor, que procurava o dinheiro para financiar a estampa e, depois, punha à venda os livros; e o tipógrafo-impressor que, na sua oficina, procedeva à composição e impressão das folhas e cadernos, que iriam constituir o volume.

As duas tarefas eram, no Portugal de Quinhentos, rigorosamente distintas, e até existia uma lei proibindo de cumular o papel de livreiro com o de impressor: quem 'fazia' materialmente os livros, não podia pô-los ele próprio à venda.³⁷

Além disso, o livreiro-editor tinha que procurar-se as «licenças necessárias», quer dizer, estava na obrigação de submeter, antes, o manuscrito e, depois, as provas, à uma série de funcionários prepostos à censura, a fim dele obter a autorização para imprimir a obra.³⁸ Dando,

³⁷ Cf. João José Alves DIAS, *Craesbeeck. Uma dinastia de impressores em Portugal* (Lisboa, Associação Portuguesa de Livreiros Alfarrabistas, 1996), xiii: «Ora o juiz do ofício dos livreiros sempre fora contrário a que um impressor cumulasse a sua profissão com a de livreiro. António Álvares, ao que parece, foi o primeiro impressor que tentou montar uma livraria. Em 1618, fizera uma petição, como impressor de livros, "para ter huma loge em huma das partes deste cidade com hum official examinado, para lhos haver de encadernar e vender" [os livros por ele imprimidos]. O juiz do ofício não entendeu o pedido e julgou que António Álvares queria ser, ao mesmo tempo, impressor e livreiro, pelo que o indeferiu com a seguinte resposta: "tudo o que pede em sua petição é contra o Regimento, e Ordem que este Senado nos tem dado como se vê no capitulo do Regimento, que abaixo vai tresladado, porque sendo impressor quer usar de dois officios, couza que até hoje não se vio (...). Quanto mais que neste Senado se tem sentenciado por muitas vezes (...) que nenhuma pessoa possa uzar do officio que não for examinado, nem ter loge aberta, e em cazo que dois estejam em uma tenda ambos serão examinados do dito officio"».

³⁸ Sobre as várias etapas da censura, introduzidas progressivamente em Portugal, cf. Barbara SPAGGIARI, «La censure dans la transmission de l'oeuvre de Luís de Camões», in Claude Le Bigot et Yves Panafieu (ed.), *Censure et Littérature dans les pays de langues romanes*, Actes du Colloque org. par l'équipe ERILAR,

afinal, o seu *imprimatur*, o censor não raro declara ter suprimido ou corrigido, na obra a editar, algo, que julgava não conforme à doutrina cristã e aos bons costumes.³⁹ As licenças, assinadas e datadas, constituem uma prova inconfutável do percurso da obra antes dela chegar ao público.

Ao lado disso, existia, aliás, o privilégio, conferido por alvará del-rei, de imprimir uma certa obra, o que hoje se diriam «os direitos reservados» de impressão, que sempre aparecem na contracapa dos livros. Ora, o privilégio exclusivo de imprimir quer os *Lusíadas*, quer as *Rimas* de Camões, fora conferido a Estêvão Lopes e, à morte dele, D. Filipe III confirmou este privilégio, com outro alvará em favor da viúva, Vicência Lopes:

Alvará del Rey, 6 de Outubro de 1605.

Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem, que Vicencia Lopez moradora nesta cidade de Lisboa me enviou dizer per sua petiçam, que eu fizera merce a Estevão Lopez seu marido de lhe conceder previlegio, para

Rennes, 13-14 mars 1998 (Rennes, Presses de l'Université, 2000), 101-109, com a respectiva bibliografia. Entre as principais obras de referência, destacam-se Israel Salvador REVAH, *La censure inquisitoriale portugaise au XVI^e siècle* (Lisboa, [s.n.], 1960); Graça Almeida RODRIGUES, *Breve história da censura literária em Portugal* (Lisboa, ICLP, 1980); J.-M. De BUJANDA, «L'exercice de la censure de l'Inquisition portugaise au XVI^e siècle», in J.M. De Bujanda (ed.), *Le contrôle des idées à la Renaissance* (Genève, Droz, 1996), 153-171.

³⁹ Veja-se, por exemplo, a primeira licença concedida às *Rimas de Luís de Camões. Primeira Parte*. Acrescentadas nesta quinta impressão. Dirigidas a D. Gonçalo Coutinho. (...) Em Lisboa. Por Vicente Alvarez. Anno 1614. / A custa de Domingos Fernandez mercador de livros: «Vi estas Rimas de Luis de Camões impressas no anno de 1598. & assi como vão emmendadas em quatro, ou cinco lugares, que julguey por indecentes, me parece que se podem imprimir. Em Nossa Senhora da Graça de Lisboa, a onze de Julho de 1614. / Frey Antonio Freyre» [nosso o grifo]. Veja-se, também, a primeira licença outorgada às *Rimas. Segunda Parte* de 1616, o.c.: «Vi este quaderno, & o parecer dos Padres revedores, & me parece que, mudado, & riscado o que em seus lugares de minha letra aponto, tudo o mais se pode imprimir. Em Sam Domingos. 30 de janeiro 615. // Frey Vicente Pereyra» [nosso o grifo]. Chamamos a atenção para a data, de um ano anterior à publicação efectiva do livro, e para o vocábulo «quaderno», alusivo às folhas manuscritas, que eram apresentadas ao censor antes da impressão.

que por tempo de dez annos nenhum impressor, nem livreiro pudesse imprimir, nem vender os livros das *Luziadas*, & varias Rimas de Luis de Camões, & porque o dito seu marido era falecido, & ella ficara pobre, & com cinco filhos sem outro remedio mais que o meneo de seus livros, me pedia ouvesse por bem de lhe conceder privilegio para ninguem poder imprimir, nem vender os ditos livros sem sua licença, & receberia merce. E visto seu requerimento, & por lha fazer, ey por bem, & me praz que por tempo de dez annos nenhum imprimidor, nem livreiro algum, nem outra pessoa de qualquer qualidade que seja não possa imprimir, nem vender em todos estes Reynos, & Senhorios de Portugal, nem trazer de fora delles os ditos livros, senão aquelles livreiros, & pessoas que para isso tiveram licença da dita Vicencia Lopez (...). Antonio de Moraes a fez em Lisboa a sete de Outubro de mil seiscentos, & cinco, dizia no que se riscou de lha fazer, João da Costa o fez escrever. E isto me praz alem dos outros dez annos, porque concedi este privilegio ao dito Estevão Lopez seu marido, diz no que se concertou vinte. REY.⁴⁰

Com isso, a viúva ia deter os direitos reservados de impressão até ao ano de 1615. Numa situação destas, Domingos Fernandes teve alguma dificuldade a impor o seu nome como novo editor camoniano, pois só para as obras ainda inéditas podia dispensar a concessão da viúva Lopes. Neste incómodo conjunto, ele continua anunciando a publicação da Segunda parte das Rimas, todas inéditas, das quais teria finalmente o privilégio exclusivo. O seu intento, declarado, é o de recolher e editar quanto, da obra camoniana, ainda fica inédito e desconhecido ao grande público, sendo nas mãos de particulares.⁴¹

⁴⁰ Cf. *Rimas* 1607 (esfera armilar), f.[1]v.

⁴¹ Já na edição de *Os Lusíadas*, que Domingos Fernandes promoveu em 1609, duas das licenças, ambas com data de 1606, mostram que o editor já tinha recolhido algumas Rimas, que submetera à censura: «Vi este livro que se intitula *Rimas & Lusíadas* de Luis de Camoões, o qual ja foy muitas vezes impresso & emendado: mas assi como vay não tem cousa contra a nossa sancta dé & bons costumes. Em o Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa a 15, de Junho de 1606. // *Fr. Antonio Freire* ». «Vista a informaçam podese imprimir este livro de Rimas & Lusíadas de Luis de Camoões, & depois de impresso torne a este Conselho pera se conferir, & dar licença pera correr, & sem ella não correrá. Em Lisboa 19. de Julho 606. // *Marcos Teixeira Ruy Pirez da Veiga* » (cf. OS LUSIADAS / DE LUIS DE CAMÕES / PRINCIPE DA POESIA / HEROICA. *Dedicados ao D.Dom*

Reunindo os escritos dispersos do grande poeta, Domingos Fernandes encontra também os três cantos *Da criação*, precisamente em oitavas camonianas, e decide publicá-los mesmo depois que o próprio destinatário de edição, D. Rodrigo da Cunha, declara ser o poema apócrifo.

Na época, como destinatário de uma obra, cujo nome vinha colocado bem em vista no frontispício do volume, escolhia-se uma personagem eminente da nobreza, ou da nomenclatura eclesiástica, que tivesse o poder de garantir a protecção do editor, contra os perigos inerentes à publicação, sob o olhar vigilante da Inquisição.⁴² O nome do destinatário era, portanto, sugerido mais pelo desejo de encontrar um amparo contra a censura inquisitorial, do que pela vontade de homenagear um poderoso, esperando tirar dele alguma mercê.

Desta forma, constituiu-se, de facto, durante alguns anos, uma triáde compacta, na qual Domingos Fernandes edita e vende os livros que Pedro Craesbeeck imprime na sua oficina, enquanto D. Rodrigo da Cunha garante a sua alta protecção contra os Inquisidores.

É até possível reconstituir, passo a passo, as dificuldades e as etapas sucessivas desta aventura editorial do começo do século XVII, lendo com cuidado as páginas preliminares que as acompanham, com a advertência de que mudanças, por vezes mínimas, podem integrar um texto aparentemente idêntico,⁴³ ou então, o mesmo

Rodrigo da Cunha, Deputado do S.Officio. // Impressos com licença da Sancta Inquisição, & Ordinario. / EM LISBOA, Por Pedro Crasbeeck. Anno 1609. / Com privilegio, À custa de Domingos Fernandez lioreyro).

⁴² Além do que já foi transcrito, vejam-se as *Rimas* de 1614, que o próprio Domingos Fernandes enviou ao mecenas D. Gonçalo Coutinho, nelas repetindo *ad litteram* a dedicatória de Estevão Lopes (RI 1598): «Duas razões, Senhor, me moverão a tirar de novo a luz esta primeira parte das Rimas do admiravel Luis de Camões Principe dos Poetas. A primeira, serem elas taes, que merece o autor este nome. A segunda, ter eu a v.m. por meu senhor, para me valer de seu emparo nos casos a que se arrisca quem sae a publico (...) ».

⁴³ É o caso, acima assinalado, das dedicatórias de 1609 e 1616, por Domingos Fernandes a D. Rodrigo da Cunha. Na edição de 1621 (*Rimas. Primeira Parte*), publicada pelo próprio Domingos Fernandes, mas dedicada, desta vez, a D. Gonçalo Coutinho, a dedicatória é idêntica à de 1616; apenas muda a data final, de « a 18 de Dezembro de 1616 » para « a 18 de Dezembro de 1621 ».

texto, com alguma mudança substancial, é retomado sob uma veste diferente.⁴⁴

⁴⁴ Veja-se, por exemplo, o PRÓLOGO AO LEITOR, que encontramos tanto nas *Rimas* de 1607 (esfera armilar) como nas de 1614, assinado pelo editor Domingos Fernandes: «Depois de gastadas a primeira & segunda impressão [1614: & terceira, & quarta impressão] das Rimas deste excellente Poeta, determinando dallo terceyra vez à estampa [1614: quinta vez à estampa], procurey que os erros, que nas outras por culpa dos originaes se cometerão, nesta se emendassem de sorte, que ficasse merecendo conhecerse de todos por digno parto do grande engenho de seu author. Verdade he, que o immenso trabalho que levey nisto, se paga somente com o amor da Patria que me moveu, & eu tive por principal causa, para perdoar às difficuldades, que se me offerecião. Porque vendo as estrangeiras nações, em obras tão fermosas, algũas nodoas que as affeavão, que a condição do tempo lhe imprimira, & não a insufficiencia do Poeta, julgarão com razão por indignos de o terem entre si, homens que não sabião com sua diligencia, restituirlhe o preço que elles com seu discuido lhe roubarão. Porque certo em muitas fabulas que toca o Author em diversas partes, & textura dos versos, assi se introduzião os erros de quem os tresladava, que ja quasi na opinião do vulgo se tinhão por proprios de Luis de Camões: & se ainda assi não ficarem na realidade de sua primeira composição, baste que em quanto pude o communiquey com pessoas que o entendião, conferindo varios originaes, & escolhendo delles o que vinha mais proprio ao que o Poeta queria dizer, sem lhe violar a graça, & termo particular seu, que nestas cousas importa muito. Nem foy sò este o beneficio [se assi he licito dizello] que recebeo de mim a memoria de Luis de Camões, porque muitas poesias que o tempo gastara, cavey a pesar do esquecimento em que ja estavão sepultadas, acrescentando na segunda impressão quasi outros tantos Sonetos, cinco Odes, algũs Tercetos, & tres cartas em prosa, que bem mostrão não desmerecerem o titulo de seu dono. E nesta terceira impressão não acrescento, as muitas obras suas que minha diligencia tem alcançado, & junto, dos mais certos originaes, nunca impressos: porque em a segunda parte destas Rimas, que fico preparando, sairão todas a luz, em breve tempo. Na vontade com que se aceite este meu serviço, sò quero que tirando os olhos de mim, ponhão no que dou, & acharão merecer o agradecimento, com que este meu trabalho espero ser recebido. Vale. // *Domingos Fernandez* ». Trata-se, como aparentemente ninguém ainda relevou, do mesmo *Prólogo ao leitor* que vem na segunda edição das *Rimas* de Camões (RI 1598), atribuído a Rodrigues Lobo Soropita: Domingos Fernandes transcreve-o na íntegra, e assina-lo sem mais, limitando-se, apenas, a pôr em dia o número da edição. Só nas *Rimas* de 1616, no *Prólogo ao leitor* que aí vem (f.2-3 inum.), o editor acaba por dar a César o que é de César: «A que me pareceo

Voltando ao poema *Da Creação*, a sua sobrevivência durável dentro das edições de rimas camonianas, através dos séculos, nasce evidentemente do facto que, desde o começo, Domingos Fernandes quis inseri-lo nos volumes saídos da sua livraria-editora. A composição diferente, de um para outro exemplar, mesmo ficando, como já foi dito, inalterada a *Taboada*, sugere até que as várias partes (rimas, comédias, poema) fossem disponíveis separadamente, e que apenas no momento de as encadernar fossem escolhidas, uma ou outra, em função dos pedidos de quem comprava, ou encomendava o volume. Assim, logo a seguir as *Rimas. Segunda Parte*, que, enquanto inédito, constituíam a atração principal do volume, podiam ser juntados, ora as duas comédias, ora apenas uma,⁴⁵ ou então o poema, cada um conservando o frontispício original e a paginação própria.

Relativamente ao poema, que, na intenção de Domingos Fernandes, devia revelar um novo rosto de Camões, como poeta alegórico, depois do épico (*Lusiadas*) e do lírico (*Rimas*), a sua descoberta pelo livreiro-editor deve remontar aos primeiros anos do século XVII, pois a licença, como já vimos, é datada de 1608. É, talvez, oportuno lembrar que, precisamente naqueles anos, de 1606 a 1608, se encontravam em Coimbra tanto Domingos Fernandes (o que explica as duas edições das *Quinas* e da *Esfera armilar*, dedicadas «à Inclita Universidade»), como também o impressor, Pedro Craesbeeck, que naquela altura intentava abrir outro

ajuntar dous Prologos já impressos em louvor deste Poeta, hũ do Licenciado Fernão Rodriguez Lobo Çurrupita professor prestantissimo de Leis, & insigne Advogado nellas, que se imprimio com a Primeira Parte das Rimas a primeira vez o anno de 1595. E porque por descuido meu se não tornou a imprimir as mais que as Rimas se estamparaõ de hia já perdendo o beneficio que de sua liçam eruditissima resulta aos curiosos, & pode ser que seja tambem necessaria a authoridade de seu Author, que nam he menor nesta profissam que na outra de seu instituto proprio para defender a Luis de Camoões se para que lhe não falte nada de engenho grande vierem a levantar-se algũ dia contra elle, agora que he morto, novos Corbillos, & Cesares Caligulas, como contra Bergilio não faltaraõ, o outro é do Licenciado Pedro de Maris, que anda impresso com o comento que o Licenciado Manoel Correa fez aos Lusiadas, deste Poeta, & todavia polla noticia que dà nelle de sua vida, & costumes, & porque nem todos teraõ ambos os livros em que o vejaõ não tive por desconvinencia tresladallo neste (...).

⁴⁵ Cf. p.ex. BNL CAM 33P.

pólo, ou oficina de impressão, junto da maior universidade do país.⁴⁶ A presença simultânea do editor e do impressor, em Coimbra, naquela roda de anos, talvez não seja ininfluente no que concerne à aventureira sorte deste poema, e, mais em geral, às vicissitudes das rimas camonianas que foram editadas, entre 1607 e 1616, à custa de Domingos Fernandes e pelos prelos do(s) Craesbeeck.

Quanto ao texto do poema, a *editio princeps* de 1615, devia reproduzir um manuscrito muito viciado, além de incompleto, em relação ao apógrafo de Coimbra; o número dos erros quer mecânicos, quer substanciais, era realmente elevadíssimo, até estranhar que, desta forma tão vistosamente incorrecta, o poema pudesse circular sob o nome de Camões.⁴⁷

Os erros e as lacunas patentes daquela primeira edição (E), foram emendados apenas em 1629, na edição que indicamos com a sigla E2.⁴⁸

⁴⁶ Durante algum tempo, pelo menos nos anos de 1608 e 1609, Pedro Craesbeeck instalou-se em Coimbra, na rua das Fangas da Farinha, onde imprimiu algumas obras com o seu nome (cf. J.J. Alves DIAS, *Craesbeeck...*, o.c., p.xii).

⁴⁷ Esta edição é, deveras, repleta de erros e lacunas, quer por falta final de revisão, quer por ela reproduzir uma fase intermédia de elaboração do texto. Omitem-se versos inteiros, além de palavras isoladas, imprimem-se decassílabos hipo- e hiper métricos, altera-se o esquema das rimas, inserem-se lições incompreensíveis, por causa da má leitura do manuscrito que servira de exemplar de cópia. O exemplo mais clamoroso é, de certeza, o sintagma em rima a II.21,1 *Vestida tinha huma opato cagante*, erro facultado pela *lectio difficilior* «opa roçagante», que não foi entendida pelo tipógrafo: ele limitou-se, portanto, a transcrever o que cria ler, com uma errada *distinctio*, promovendo uma inédita palavra-rima 'camoniana'.

⁴⁸ RIMAS / DE / LUIS DE / CAMÕES. *Emendadas nesta duode cima impressão de muiltos erros das passal/das. / Offercidas ao Ecellentiss. / S.Dom Manoel de Moura /Cortereal Marquez de / CastelRodrigo, &c. / 1629 / EM LISBOA. / Com todas as licenças necessarias. / Por Pedro Craesbeeck / impressor delRey (exemplar de referência: BNL CAM 38 P). Neste volume de algibeira, in-24° (9 cm.), realmente microscópico, não vêm o nome do editor, nem o privilégio real, nem a taxa. O próprio formato da edição de 1629 obrigou a compor, de novo, os textos na íntegra: nesta ocasião, pela primeira vez, foram corrigidos, portanto, os erros mais patentes da ed. de 1615 do poema *Da criação...*, sem, aliás, que as emendas possam sugerir a intervenção de um letrado que fosse realmente apto à empresa. Poucos anos volvidos, no mesmo formato de algibeira, saiu uma nova edição:*

Mas o texto que acabou por impor-se como referência, sendo reproduzido até ao séc.XIX, é o de E3, a saber :

Rimas de Luís de Camões (...) Emendadas, & acrescentadas, pelo Lecenciado João Franco Barreto. Lisboa, Por Antonio Craesbeeck de Mello, Impressor da Casa Real, Anno de 1669.⁴⁹

Apenas nesta altura é bem visível a cuidadosa revisão efectuada no texto, na íntegra, corrigindo de maneira sistemática tanto os erros mecânicos, como as lacunas (de sílabas, de palavras, de versos inteiros), que deturpavam a *editio princeps*.

É significativo, contudo, que as emendas e as integrações não correspondem, conforme relevámos, à lição do manuscrito apógrafo de Coimbra. O revisor do poema (verosimilmente, o próprio João Franco Barreto) corrigiu e integrou de próprio cunho, e com certa elegância.

O poema *Da criação*, na versão emendada de E3, integrou algumas das edições camonianas até 1815;⁵⁰ é preciso, contudo, chegar até às Provas da edição incompleta de Coimbra (1861), para que a obra seja enfim restituída a Falcão, com o título original que lhe compete, e,

RIMAS/ DE/ LUIS DE/ CAMÕES./ SEGUNDA PARTE./ Agora novamente emendadas nesta ultima impressão. / 1623 [= 1632] /. Com todas as licenças necessarias. / Em Lisboa. Por Lourenço Craesbeeck [com uma dedicatória assinada por Paulo Craesbeeck]. No próprio ano da morte de Pedro Craesbeeck, fundador da dinastia (1632), aparecem, então, pela primeira vez, os dois filhos dele, Lourenço como « Impressor del Rey », e Paulo como livreiro-editor. As duas tarefas estão, finalmente, reunidas nas mãos da mesma família. O erro, tão vistoso, na data do frontispício, é desmentido pelas licenças todas, que trazem o ano de 1632.

⁴⁹ Note-se como a exclusiva de imprimir as obras camonianas continue a ser privilégio da dinastia dos Craesbeeck: a edição emendada deve-se a António, filho de Paulo, que ficara em Lisboa, depois que o irmão mais velho, Lourenço, se transferiu a Coimbra. O herdeiro da dinastia preferiu adoptar o apelido português: António Craesbeeck de Melo, pela parte da mãe. Em 1663-64, conseguiu o título de «Impressor del Rey». Faleceu em 1684.

⁵⁰ O primeiro, que recusou inserir o poema *Da criação...* nas obras camonianas, foi Faria e Sousa, que acreditava ser o autor um médico, ou um cirurgião, da época (*Rimas Várias*, 1685, IV, 158b). A edição mais recente, que reproduz E3, é a parisiense: OBRAS DE LUÍS DE CAMÕES (Paris, Didot, 1815: 5 vols. in-12°), baseada na Luisiana de 1779-1780: o poema vem na secção *Obras attribuidas*, V, 279 ss., mas a sua apocrifia é declarada na *Prefação*, V, vii ss.

sobretudo, numa redação largamente superior à *editio princeps* (Juromenha, 1860-1869).⁵¹

De facto, a colação entre E e MS demonstra, além de qualquer dúvida, que E reproduz uma redação anterior, ainda imperfeita e incompleta do que, no MS, é presumivelmente a versão definitiva aprontada pelo autor, antes dele morrer.

O elemento mais significativo diz respeito à presença de 6 estrofes a mais, cujo conteúdo confirma a vocação religiosa, mais do que anatómica, do poema. Com efeito, a descrição do corpo humano, sob forma de alegoria,⁵² que ocupa essencialmente o canto central (segundo) do poema, é emoldurada pelo primeiro e terceiro canto, em que são desenvolvidos o relato da Criação do mundo e do homem, conforme o livro da *Génese* e as escrituras sagradas, representando ademais o dogma cristão da Encarnação.

Entorno a este dogma, organiza-se outro material religioso, relativo ao pecado original, ao sacrifício do Cristo, à redenção do homem, chegando o autor até a argumentar sobre os mistérios da Eucaristia (III.54) e da Santíssima Trindade (III.57).

Se reflectirmos à data de composição do poema, entre 1572 e 1578, é inevitável perguntar em que medida os decretos do Concílio de Trento, emanados em 4 Dezembro de 1563, e, depois, aplicados em Portugal com extremo rigor,⁵³ tiveram influência sobre a composição da *Microcos-*

⁵¹ O Visconde de Juromenha, mesmo afirmando a apocrifia do poema, incluiu-o na sua edição, « para seguir o exemplo de todos os outros editores », consentindo assim ao leitor de exprimir o seu juízo e, afinal, para desmentir os « pyrronicos », que, apesar de tudo, continuam a acreditar na autoria camoniana. Juromenha reproduz, pela primeira vez, o texto impresso nas Provas de Coimbra (tirado, como se sabe, do ms. apógrafo do começo do séc. XVII): apresenta, portanto, uma versão inédita respeito à redação até então impressa, com um novo título, *Microcosmografia...*, e, sobretudo, sob o nome do verdadeiro autor, André Falcão de Resende.

⁵² Trata-se da imagem do 'homem-castelo', ou melhor, do corpo humano visto e analisado como sendo um castelo, ou uma fortaleza: os vocábulos *castelo*, *forte* e *fortaleza* alternam, indiferentemente, no texto do poema (v. p. ex. I.12 « ao modo de hum Castello », I.36 « assim era enfim este forte acabado », I.50 « a grande fortaleza »).

⁵³ Sendo conjuntamente o cardeal-infante D. Henrique regente do reino e legado pontifício *a latere*.

mographia de Falcão de Resende, indevidamente atribuída, séculos durante, a Luís de Camões.

Ignorando, de forma programática, a revolução anatómica de Vesálio (falecido em 1564), Falcão utiliza a doutrina galénica tradicional, para reafirmar, através da alegoria, alguns dos dogmas cristãos, que a Reforma protestante tinha contestado.⁵⁴ Alinhando-se aos contra-reformistas que, na esteira do Concílio de Trento, puseram a defesa da fé e a integridade da doutrina ao cume dos interesses da Igreja Católica, Falcão marca a sua distância em relação ao primo André de Resende, estrénuo divulgador do erasmismo, bem como a sua afinidade com as posições dos Jesuítas, dos quais fora, aliás, discípulo em Évora.

⁵⁴ Numa epístola dedicatória que, com outros poemas (a saber, um soneto e uma sextina), acompanhara o envio da *Microcosmographia* ao Duque de Aveiro, Falcão alude até ao problema do *liberum arbitrium* v. 24 (« livre alvedrio »), que foi, como se sabe, ao centro das disputas teológicas entre protestantes e católicos.